

Complexidade e feminismo

Ana Sánchez – Universidad de Valencia (España)

Tradução por Lisabete Coradini¹

RESUMO

O artigo aborda as interconexões entre pensamento e práxis de forma a problematizar questões que são planetárias e globais, mas ao mesmo tempo locais, biológicas e sociológicas. Investe numa forma de pensamento que permite aproximar unidade e diversidade do gênero humano no que toca a temática do sexo feminino e masculino. Enfatiza-se o feminismo a partir das idéias de complexidade que vêm sendo discutidas por Edgar Morin. Inicialmente estabelece um diálogo entre natureza e cultura. Entre o que é inato (genética) e adquirido (experiência). O artigo apresenta a relação entre a natureza e a cultura, conceitos aparentemente antagonísticos, mas complementários. O presente artigo trata da relação simbólica, social, econômica e histórica dos diferentes acontecimentos que levaram a estudar o mundo da diversidade.

Palavras-chave: Feminismo – Complexidade – Gênero.

ABSTRACT

This article discusses some questions about the “study of gender” in science and society. It shows the errors of linear approaches to those problems and proposes a more complex approach, using ideas of dialog and recurvature from Edgar Morin in order to consider differences between sexes in a non-subordinated manner. Initially, it discusses a dialog between biology and culture, between what is innate (genetic) and acquired (phenomenological experience), within the con-

text of a hyper-complex brain that develops within a culture. The article affirms a uni-duality between what is innate and acquired, since, even though opposites, they are both antagonistic and complementary. Furthermore, they have recursive effects on each other. Such an approach surpasses the belief in differences between genders which leads to “discoveries” of those differences. It also can reinstate the visibility of women as both subjects and objects in history, sociology, etc. The article takes social-symbolic, economic and historical differences into account to study a world of diversity, which can take feminine values into account.

Key words: Complexity – Feminism – Gender.

Para discutir o pensamento complexo, não podemos perder de vista as interconexões entre o pensamento e a práxis. Ou seja, queremos pensar juntos questões que são planetárias, globais e ao mesmo tempo locais, problemas que são biológicos, mas, ao mesmo tempo, sociológicos... Isto é, vamos trabalhar a partir de uma forma de pensamento que nos permita pensar unidade e diversidade, juntos. Nos termos que eu vou propor, a unidade e a diferença do gênero humano estarão centradas na unidade e diferença entre os seres humanos pertencentes aos sexos feminino e masculino. Enfim, vou, uma vez mais, falar de feminismo, a começar pelo pensamento complexo.

¹ Antropóloga. Doutora em Antropologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do NAVIS – Núcleo de Antropologia Visual.

O pensamento feminista propõe diferentes controvérsias epistemológicas e metodológicas às ciências – tratando-se da biologia, da psicologia, da história, da sociologia, etc. que se acercam e acompanham o pensamento complexo. Faz tempo que postulo que um pensamento complexo que não integre esta forma específica de problematizar as disciplinas e a realidade será incompleta. Normalmente, quando se pensa na sempre mal chamada “questão da mulher”, ou “integração da mulher”, fala-se de medidas superestruturais reformas jurídicas, planos de igualdade, etc., que permanecem na superfície das coisas. E por isso mesmo, as coisas mal se resolvem. Definitivamente, pensar em todo o emaranhado sócio – simbólico inerente à organização de uma sociedade que se baseia na pertinaz separação entre sexos biológicos requer uma visão teórica mais profunda, pois fortes são os desafios, bem pobres as análises.

E as interrogações que o feminismo tem suscitado ocupam um leque muito extenso que vai desde o mais cotidiano até a teoria. Os olhares feministas têm quebrado muitas dicotomias: entre o privado e o público (lembremos uma frase: o pessoal é político); têm mostrado a ocupação dicotomizada em função do sexo de todos os espaços públicos e privados, do poder político e da vida cotidiana.

Vocês acreditam que temos uma resposta teórica consistente a questões planetárias – pois ocorrem em todo o planeta como a fixação das mulheres em trabalhar com pessoas mais velhas, a ausência destas nos postos de poder – seja em empresas, seja no governo? Como analisar os maus tratos generalizados, as redes de prostituição internacionais, as violações em tempos de guerra e de paz, a feminização da pobreza? O feminismo tem politizado e teorizado todas estas questões. Suas reflexões não são ouvidas pelo conjunto de políticos, nem sequer pelos pensadores.

Na nossa sociedade, existe uma crença muito arraigada nas diferenças entre os sexos: tal crença fundamenta as diferenças na biologia (em nossos dias: “ele leva no sangue” se recebeu em “pela genética”). Afirmando que tal crença impregna o paradigma

dominante nas ciências biológicas. À maneira khuniana, teríamos que identificar o alcance e a presença destas crenças nos postulados, na heurística, nas hipóteses de trabalho. Funcionam como pressupostos subjacentes – princípios que se dão por ditos, que pertencem à cosmovisão, e cuja presença não se reconhece. Desde logo, encontramos muitas objeções ao paradigma dominante em biologia, que opera segundo princípios reducionistas e deterministas (LEWONTIN; ROSE; KAMIN, 1987; GOULD, 1984; GOODWIM, 1998). Daí, minhas preocupações quando se fala de diferenças entre sexos (ou entre etnias, ou entre grupos de idade), pois soam ser aglutinadas pelo paradigma dominante para serem convertidas em questões de inevitabilidade, etc. E isto porque se nos situarmos em um plano lógico e epistêmico tal noção de diferença não significa diversidade, nem pluralismo e sim diferença de algo que é considerado como subordinado de um modelo definido como a norma (SANCHEZ, 1991). Para evitar as armadilhas de um conceito de diferença, subordinante e hierarquizante, depara-se, muitas vezes, com outro pólo, também reducionista, que se centra na cultura e nega as diferenças biológicas pela utilização que delas se fazem. Trata-se de buscar a unidade dos dois pólos, reconhecer que biologia e cultura são inseparáveis. Não se trata somente de afirmar esta interação, como tantas teóricas do feminismo têm postulado. A bióloga Bleier (1984) preocupou-se com a construção dicotômica da realidade; em sua opinião, o dualismo estrutura a tal ponto nossa forma de conhecer o mundo que a própria forma de conhecer a organização do mundo natural impõe como premissas dicotomias, cuja existência não está provada. Considera que a natureza se encontra em estado de mudança permanente, de interação. A autora afirmava em *Science and Gender*: “We cannot separate genes from environment, culture from nature [...] We cannot view science as an act of domination [...], but rather as an act of mutuality and interaction with nature” (BLEIER, 1984, p. 201). Uma série de autoras dedicadas a estudar questões sobre gênero e ciência propõe modelos interativos como resposta às análises deterministas (KELLER,

1991; FEE, 1986). Também, apontam uma interdependência entre modelo de investigação, modelo de ciência e pressupostos epistêmicos. Diria, com a terminologia moriniana, que estabelecem uma espiral entre as principais idéias: hierarquia, dominância, controle e os modelos lineares reducionistas. Por exemplo, Bleier (1984) afirma que as teorias explicativas da evolução cultural humana se apoiam na suposição de que as hierarquias e as relações de dominância/ subordinação são universais. A consequência disso é que se intente estabelecer – de modo reducionista – as bases genéticas e hormonais das diferenças sexuais de temperamento ou conduta. Em geral, estas investigações têm colocado em relevo que estes pressupostos têm distorcido a observação em primatologia e antropologia. Mas, estes pressupostos também se encontram em outras disciplinas como a biologia molecular: (HUBBARD; HENIFIN; FRIED, 1982) criticam o modelo de gen/ação e o papel dominante que se assinala aos genes na teoria da molécula máster (modelo de desenvolvimento celular em que o DNA tem um papel executivo, descuidando-se dos demais processos biológicos que estão tendo lugar no entorno). Bleier e Hubbard propõem em questão as falhas metodológicas de esquecer a interação genes/organismo.

São adequados os modelos hierárquicos, unidirecional para descrever fenômenos biológicos, e mais além, a especificidade das humanas e dos humanos? As autoras citadas acima estão preocupadas pela construção dicotômica do pensamento ocidental, do científico em particular. Todavia, não contavam com propostas epistemológicas que lhes permitissem delinear a superação das dicotomias dos sistemas interativos. Minha proposta é que o feminismo teórico se baseie na epistemologia moriniana da complexidade: embora aqui não possa entrar, ainda, em noções como dialógica, sistema complexo, emergências, etc., que têm sido valiosas ferramentas, desde muito tempo, para expressar minhas idéias. Tenho proposto, em outros lugares, que a noção de dialógica me parece uma boa base epistemológica para a compreensão dos sistemas interativos. Resumidamente, a noção de dialógica surge da

necessidade de harmonizar aspectos antagonistas: desde a lógica ambivalente não se considerar juntos eventos, noções, em geral, elementos de um sistema que, devido à sua inter-relação, podem estabelecer, ao mesmo tempo, antagonismos e complementaridades – por exemplo. A lógica ambivalente não pode assumir a contradição, de fato, de várias leis lógicas como o princípio da não contradição, e o terceiro excluído a proíbe explicitamente. A contradição tampouco foi resolvida com as sínteses da lógica dialética. Mas agora adquire um caráter processual, dinâmico: a dialógica é um processo que se expressa em uma espiral retroativo-recursivo, espiral que, em seu decorrer inacabado, mostra a contínua transformação dos termos que o compõem. Este caráter processual poderia explicar porque, na inter-relação dos diversos elementos de um sistema, é pouco provável estabelecer uma clara hierarquia causal entre eles.

Proponho, em primeiro lugar, recorrer a algumas propostas morinianas que nos permitirão considerar de forma não subordinadora as diferenças entre os seres humanos. Em segundo lugar, que me acompanhem em minhas objeções: a) a construção das ciências das diferenças e; b) a utilização do genérico masculino e de meu intento em mostrar suas perversões epistêmicas e práxis.

UNIDADE E DIFERENÇA

No “O Método II”, a vida da vida fundamentalmente, assim como em um breve artigo, “La unidualidad del hombre” Morin (1980), dedica-se complexamente a pensar a diversidade na unidade, mostrar a inseparabilidade do biológico e do cultural nos seres humanos. A unidualidade cujas características epistemológicas baseiam-se na noção de dialógica, converte-se na base para refletir sobre a inseparabilidade de genos e fenos, também de inato e adquirido.

Seguindo-se embora que sucintamente a apresentação do duplo jogo *genos/fenos* e “A vida da vida”: se o genótipo é o conjunto de informação herdada e organizada, o fenótipo vai-se produ-

zindo na interação com o entorno (*oikos*). “El genotipo es el patrimonio hereditario inscrito en los genes [...] El fenotipo corresponde a expresión, actualización, inhibición o modificación de los rasgos hereditarios” (LEWONTIN; ROSE; KAMIN, 1987, p.139). Em função de que fatores produzem-se tais inibições, atualizações, etc.? Morin tem deixado bem claro na página anterior que é devido à ontogênese de um indivíduo em um entorno dado. Quer dizer, um desenvolvimento que sempre será genuíno. Por outro lado, se tratamos de buscar no genético fundamentos deterministas inquestionáveis, as “instruções” do programa genético tampouco são simples e lineares. Se bem que genes se fundamentam, em última instância, no DNA não devemos esquecer o jogo estabilidade (DNA) instabilidade (Proteínas). Isto que dizer que não se dá uma causalidade linear DNA—} proteína, mas sim que se produzem retroações proteína/DNA, como no caso das proteínas de reparação e de extirpação de DNA.

Dá-se unidualidade genos/fenos porque um pólo contém o outro, necessita do outro para organizar-se. E tem, portanto, jogo de concorrências e antagonismos, aspectos básicos da organização.

E quando se trata do *homo sapiens*, sua especificidade está centralizada na dialógica inato/adquirido. O inato (o que procede do patrimônio genético) e o adquirido (o que procede da experiência fenomênica) não podem se apresentar de forma dicotômica: a indissolubilidade da unidade inato/adquirido expressa-se muito bem deste modo: “La aptitud para adquirir es pues la aptitud innata de adquirir aptitudes no innatas” (MORIN, 1980, p. 163). Neste jogo atitude/aquisição, os humanos valem-se do seu grande cérebro hiper-complexo que acrescenta dois pólos: a atitude e a possibilidade de aquisição que se fundamentam na cultura: o ser humano, através da aprendizagem, tem grandes possibilidades de desenvolver atitudes. Conforme se desenvolvem as atitudes devido à aprendizagem, incrementam-se os antagonismos entre atitude para aprender e atitudes desenvolvidas pela aprendizagem.

Assim, a oposição inato (genético)/adquirido(experiência fenomênica) em nossa espécie é mais peculiar: o segundo pólo se veicula em *homo sapiens* através da aprendizagem, mediante o desenvolvimento das atitudes inatas de seu grande cérebro, atitudes que somente se atualizaram pela mediação da cultura, no seio de uma cultura. Daí, a importância da cultura... por aí começam a assomar o indivíduo, depois o sujeito, mais tarde, o ser humano. Morin propõe-nos pensar conjuntamente a onipresença genética, a onipresença da cultura e a “onipresença dos eventos de desenvolvimento individual”. Neste jogo de concorrências, antagonismos e complementaridades entre o genético e o cultural, não podemos esquecer um terceiro excluído, o indivíduo, com seu desenvolvimento peculiar. Cada ser – sobretudo os humanos – em sua própria e complexa ontogênese, e este jogo genética/cultura será único e irrepetível (lembramos que F. Jacob afirma isto para qualquer ser vivente, e em seu programa genético).

Sigamos um pouco com o cérebro do *homo sapiens*, com sua específica capacidade de aprendizagem. Que alcance confere Morin ao cérebro? Poderíamos dizer que para Morin (1980) o grande cérebro do *homo sapiens* é o que mais caracteriza todas as potencialidades de nossas espécies, posto que, em que nos diferenciamos do resto dos organismos viventes se qualquer organismo desde a bactéria a *homo sapiens* já é caracterizado como um indivíduo sujeito (p.193), que se define por seu ego-auto-centrismo (nível ontológico, de eclosão do outro) e seu auto-ego-referência, seu ego-auto-transcendência; e que ademais, computa, comunica, informa? Diz-nos em “El Paradigma Perdido”: “el rasgo fundamental y genérico del hombre: la naturaleza hipercompleja del cerebro sapiencial” (MORIN, 1974, p. 230).

Também, no “O Paradigma Perdido”, ao descrever o processo de hominização podemos iniciar uma aproximação com a noção de “homem” com três entradas: genética, sociocultural e cerebral; e a partir de um prisma que privilegie: indivíduo/espé-

cie/sociedade. Aqui o indivíduo refere ao fenômeno, o psicológico e ao aparato cerebral. Se bem que em “O Paradigma Perdido” a noção de indivíduo seja remetida a psicologia, no “O Método II”, o indivíduo se biologiza mais: o ser humano se vê unido ao resto dos seres vivos como tenho afirmado e descrito com as mesmas características que o resto dos vivos. Até que chegemos à especificidade cerebral, as noções se biologizam. Acho interessante esse indivíduo-sujeito – que recupera suas mais profundas virtualidades no jogo entre a fixação/arraste até a biologia – qualquer organismo vivo é um indivíduo – sujeito – e a especificidade de um cérebro que também é física, é biologia, é consciência, é linguagem, e é, também, a capacidade de distinção, de racionalização, e, também, a confusão que aflora desde nosso ancestral reptiliano, desde nossas experiências vitais e por isso, construtoras, quicá da inconclusão ...

Todo o jogo organizador de interações, todo este complexo processo de união unidade/dualidade abre os espaços à liberdade e se fecha a jogos deterministas: assim é em todos os jogos de interdependências.



“Ninguna actividad cerebral es independiente de genes, el menor de nuestros pensamientos es inseparable de síntesis y transformaciones moleculares [...]” (MORIN, 1980, p. 155).

Faço minha as palavras de Morin (1980, p. 166):

La especie humana presenta una unidad genética notable, y todos los seres humanos [...] disponen cerebralmente de las mismas aptitudes funcionales [...]. las diferencias entre seres humanos pueden y deben ser leídas en términos de diversidad. Ciertamente, la diversidad de las aptitudes, cuando a ella contribuye una determinación genética, puede suponer una desigualdad en el reparto de los “dones”; pero ninguna regla objetiva autoriza a leer esta diversidad/desigualdad en términos de jerarquía.

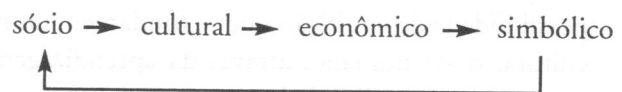
A CRENÇA NAS DIFERENÇAS E O USO GENÉRICO DO MASCULINO

Estou tentando mostrar que, se consideramos um nível profundo da especificidade do humano, não acredito nas diferenças, e por isso prefiro trabalhar com um modelo de biologia que me sirva para mostrar a diversidade, vou defender que existe um tipo de diferenças sócio/simbólicas, econômicas e históricas de grande alcance entre o aqui e agora, mas têm que ser consideradas no discurso e na teoria.

Disse Morin (1980, p. 6) em “La unidualidad el hombre”:

El reverso del humanismo es la deificación del hombre concebido como sujeto absoluto en un universo de objetos, totalmente legitimado en su conquista y dominio de la naturaleza [...]; los sub-productos se formaron a partir de la identificación de la idea de hombre con la autodenominación racional del hombre blanco, occidental con sus caracteres técnicos, adultos, masculinos; de golpe el “primitivo”, el no industrial, la mujer, el joven, etc., correspondían a tipos inacabados, incompletos [...] de la humanidad.

Esta identificação do sujeito neutro/universal com o homem branco ocidental tem sido tematizada pelo feminismo teórico. Desde a filosofia, a história, a sociologia, desde as correntes ilustradas ou pós-modernas tem-se questionado as dificuldades da utilização do sujeito epistêmico em masculino supostamente neutro e de alcance universal. Vou optar pelo uso temporal, histórico do matiz feminino, masculino em determinados locus discursivos; porque o discurso expressa as diferenças: mas sobre tudo aquelas geradas por e em entremeados



de nossas sociedades. Porque creio que o sujeito que não aparece no discurso permanece invisível em seu protagonismo socio-histórico. A teoria feminista tem proposto diversas noções para des-

crever este estado de coisas: opacidade (do sistema sexo/gênero), invisibilidade (histórica das mulheres), curriculum oculto...

Temos um jogo de contradições que ocorre ao mesmo tempo: 1) uma forte crença nas diferenças entre mulheres e homens em dois níveis: o científico e o cotidiano, junto com a existência de fato de uma sociedade cuja organização está fortemente centralizada em função do sexo biológico; 2) a utilização do genérico masculino, o homem, como aquele que descreve as sujeitas (sic) e sujeitos humanos, assim, no discurso e na investigação científica pode-se observar, conjuntamente, que a crença nas diferenças funciona como guia heurístico para o “descobrimento” de tais diferenças (parte-se da crença nas diferenças e, em num perverso espiral, se as restabelece). Exemplos: agressividade, funcionamento cerebral diferenciado, determinadas capacidades cognitivas, condutas sexuais; que se desdenha a presença das mulheres como sujeitos e como objetos (parte-se da existência das diferenças – valorizadas hierárquica e dicotomicamente e considera-se que sua aportação teórica, social, histórica, econômica é inconsistente). Exemplos: o modelo caçador no processo de hominização, o conceito de seleção sexual, usado como mecanismo legitimador em sociobiologia. E também, a invisibilidade das mulheres na história, na sociologia, etc.

Existe uma ampla literatura consagrada à crítica das ciências das diferenças: entram-se naquelas teorias que intentam estabelecer as bases biológicas das possíveis diferenças de conduta, temperamento e cognição entre seres humanos de um e outro sexo biológico (BLEIER apud FAUSTO-STERLING, 1985). Em todas as explicações das possíveis diferenças detecta-se a tendência a considerar: a) que estas diferenças de fato existem; b) que têm um fundamento biológico inescapável. As explicações dão-se dentro de um modelo casuísta que considera os genes e hormônios como pontos de partida de cadeias casuais lineares e acabariam nas “observadas” condutas diferentes de humanas e humanos. A questão é contrapor estas explicações biologicistas a um tipo de explicação bio/socio/cultural, baseada

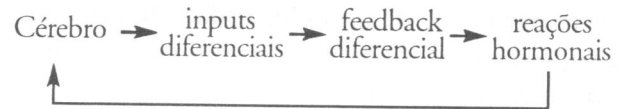
em modelos interativos. A questão é identificar os pressupostos que estariam na base dos modelos hierárquicos, as noções dominantes em ordenamento de nossa sociedade que passam a se incorporar a nossas teorias, metodologias e modelos.

Nestas investigações dá-se uma interseção entre a psicologia diferencial comparativa e fisiológica, e dois ramos da endocrinologia: reprodutiva e comportamental. Sigamos um clássico da psicologia diferencial, o livro de Maccoby e Jacklin (1974): utilizando a técnica da meta-análisis revisaram aproximadamente 1600 estudos sobre diferenças sexuais. Só se obteve evidência experimental em três aspectos do desenvolvimento cognitivo atitude matemática, habilidade verbal e capacidade visoespacial, e uma característica da personalidade: agressividade. Estes 3 itens passaram a se converter em pontos de investigação recorrente nas pesquisas “buscadoras” de diferenças, seja desde a biologia, a psicologia. Em psicologia começou-se a desenhar testes capazes de determinar as habilidades verbais e visoespaciais. A partir daí, podemos recorrer aos resultados mais diversos e contraditórios, coisa que não parece ter invalidado a forte crença nas diferenças. O estudo de Benbow y Stanley também marcou um hiato: de uma amostra de 10.000 alunas e alunos estabeleciam-se as diferenças entre sexos apontando as explicações genéticas. Outros estudos questionam a validade metodológica deste tipo de teste (CAPLAN, [19--] e DE AUX, 1985), assim como as conseqüências teóricas que deles se extraem. Também, disporemos, por exemplo, de explicações, tanto ambientalistas quanto biologicistas, acerca da diminuição de habilidade matemática que se tem “observado”, em determinados países ocidentais, em meninas púberes. A partir de um enfoque socio-cognitivo, Hurtig e Pichevin (1990) oferecem, em minha opinião, promissoras perspectivas de análises em que conjugam processos cognitivos com os de pertencimento e participação social e cultural de sujeitas [sic] e sujeitos. Para estas autoras, a crença nas diferenças é o que confere um status de realidade; e esta crença a que se converte na base da construção teórica das

diferenças. Que regras metodológicas se seguem para construir esse objeto teórico – as diferenças? Salientar as diferenças, insistindo resultados. Os resultados negativos, quer dizer, quando não se encontram diferenças, não se entendem como dados. Generalizar sobre as encontradas diferenças. Dissimular as semelhanças...

Assim, as diferenças estão na sociedade, a psicologia identifica-as e remarca, agora deverá buscar as causas... Para o reducionismo diferencialista, encontram-se na biologia: as explicações baseiam-se no papel dos hormônios em desenvolvimento pré e pós-natal. Não se trata de não haver diferenças hormonais: ponho em dúvida a implicação simplificada que se estabelece entre hormônios e conduta. A neuroendocrinologia da conduta intenta estabelecer leis gerais sobre o controle – ou forte influência – dos hormônios no desenvolvimento anatômico, comportamental, cognitivo (por isso, o desenvolvimento e capacidades do cérebro). Aqui enfatizarei as diferenças de conduta e habilidades cognitivas entre mulheres e homens e, mais concretamente, o papel atribuído aos hormônios sexuais no desenvolvimento estrutural e diferencial entre ambos os sexos.

Consideremos o desenvolvimento pós-natal, ou seja, o nascimento desse momento fundador em que a sociedade marca um ser com toda a carga sócio/simbólica própria de seu sexo: designa-se-lhe um sexo/gênero, com habilidades e destrezas prefixadas, que irá aprendendo no processo de endoculturação; processo pelo qual fêmeas e machos do *homo sapiens* são conformados pelo vector homem *versus* mulher, até permanecer constituídos como indivíduos “normais” que cumprem os traços de gênero definidos por uma dada sociedade. Momento em que os aspectos biológicos, culturais e psicológicos se fazem inseparáveis. E aqui reaparece o cérebro do *homo sapiens*: se temos em conta sua inaudita complexidade, sua tremenda habilidade, então temos que calibrar o alcance de todos os inputs de informação que nós seres humanos recebemos em função de nosso sexo (com a marca de traços de gênero). As condutas e atitudes diferentes se gerariam em uma espiral



que mostraria a inseparabilidade do biológico e do cultural na conformação das diferenças. Nas décadas passadas, tem-se escrito bastante sobre as conseqüências do tratamento diferencial que recebem meninos e meninas desde o seu nascimento: na família, depois nas escolas, e sempre nos modelos dominantes na TV – desde os desenhos animados a vedetes. Tem-se analisado que a mesma sensibilidade, a distinta autopercepção do corpo pode-se originar a partir de fenômenos tão sutis como o modo de abraçar um bebê, a atenção que se dedica às carícias (ou sua ausência).

Seria um processo em virtude do qual os inputs diferentes alimentariam feedbacks diferentes, que, por sua vez, retroatuariam sobre aqueles. A questão é que umas diferenças geradas de forma tão complexa, nesse processo de recursivo e retroativo ininterrupto, são depois identificadas, separadas, fragmentadas e medidas.

Como se produzem os inputs diferenciais? Para explicar, utilizarei o esclarecedor experimento de Zella Luria (1979): o “efeito etiqueta” mostra como a atribuição estereotipada de uns valores ou outros, em função do sexo, faz com que este se converta em uma variável, um valor de estímulo que desencadeia atitudes diferentes até mesmo em pessoas de um outro sexo. Luria desenvolveu uma experiência para mostrar a força da variável sexo na percepção das pessoas. Uma fotografia do mesmo bebê foi mostrada a dois grupos de estudantes compostos por mulheres e homens. A um grupo disse-se que era menina e ao outro grupo que se tratava de um menino. “En general, los estudiantes, tanto chicos como chicas, juzgaban a la [supuesta] niña más pequeña, más linda, más frágil y más delicada” (p. 246). Outras experiências semelhantes mostram como modifica a interpretação do gesto de um bebê em função dessa informação prévia que a identifica como menino ou como menina: raiva ao suposto menino, medo à suposta menina. Juan Fernández, além de oferecer um panorama a

este respeito, aponta um esquema mais complexo no qual mostra que não só se etiqueta meninas e meninos em função do sexo, mas que se trata de um processo duplamente diferencial em função do sexo do adulto: pelo qual teríamos que considerar o jogo de inter-retroações entre os quatro pólos menina, menino, mulher, homem...

Já falamos sobre os inputs/feedback diferenciais (psicologia), falaremos agora sobre o cérebro (biologia). Do seu desenvolvimento no entramado bio/sócio/psico: em cada estado do desenvolvimento fetal se dá uma inter-relação entre genes, células, organismo fetal, entorno materno e entorno exterior à mãe. Todos esses aspectos entredeterminam-se, como afirmava Bleier: nem sequer se pode reduzir a programação genética unicamente aos momentos mais importantes do desenvolvimento fetal do cérebro – tanto o recorrido das células nervosas, desde sua gênese a sua posição final, como sua supervivência, crescimento e conexões sinápticas com outros neurônios podem ser desviadas por doenças.

O cérebro humano nasce mais imaturo que o de outros mamíferos: seu tamanho duplica no primeiro ano, quadruplica no quarto ano. Não significa isso que em seu desenvolvimento desempenhem um grande papel os fatores ambientais? O maior input informativo vem ao cérebro depois do nascimento e do mundo exterior. Não esqueçamos que, para que se produza um desenvolvimento normal do cérebro – funcional e estruturalmente, são indispensáveis determinados inputs sensoriais (como ocorre com a capacidade de fala).

Esta linha de explicação interacionista acentua a importância dos processos retroativos e o papel do neocórtex em tais processos (FEDER, 1984). O desenvolvimento das atividades neocorticais dá lugar no homo sapiens a propriedades como a consciência e a capacidade representação que, devido a seu forte caráter retroativo, produziriam maiores vínculos inter-relacionados entre componentes biológicos e comportamentais.

A atividade representacional é vinculada, segundo Pichevin y Hurtig, ao papel diferencial do corpo em homens e mulheres. Assim, um passo a

mais na hipercomplexidade: um espiral entre neocórtex, biologia, processo de socialização, psicologia.

Concluimos, voltando ao início: a necessidade de análises complexas permanece como um pedido-súplica de princípio... Parece que, ainda, estamos em um estágio de desconstrução e linhas a seguir, mas diversas disciplinas que enfatizam a necessidade de teorizar os vínculos complexos entre variáveis biológicas, psicológicas, sociais, culturais. Uma grande dificuldade provém do jogo mencionado entre inputs/feedbacks diferenciais. Não podemos dispor de uma sociedade “neutra” na qual se pudesse constatar esse tipo de hipóteses. Quer dizer, não podemos chegar a conhecer o alcance do biológico ou do cultural, em separado. Dado a espiral antes mencionado, os dados que recaíam da biologia, por exemplo, no funcionamento bi-hemisférico do cérebro, são dados bio-culturais...

Só umas reflexões sobre a contradição acima apontada: embora tanto científica como socialmente se acredita de forma radical nas diferenças entre sexos, em quase todos os espaços discursivos utiliza-se o gênero masculino para cobrir o campo semântico do masculino e do feminino. Com isso, não se enfatiza a presença das mulheres (também das fêmeas de outras espécies), seus aportes específicos, seus saberes/fazeres. A questão da ausência de mulheres - tanto como sujeitos e como objetos - em diversas disciplinas científicas tem sido muito estudada. De novo, nós falamos ante um processo recursivo: tem sido o maior número de mulheres, como sujeitas investigadoras, que tem mostrado sua não existência em tanto objetos de investigação, assim como as falhas metodológicas e teóricas que isso acarreta. Schuster y van Dyne indicaram as diversas fases de integração das mulheres em uma disciplina, com a conseguinte reinterpretación de formas de investigação, postulados, etc:

1 – Chama-nos a atenção a ausência de mulheres – nem como sujeitas, nem como objetos de investigação;

2 – Reconhece-se a presença das excepcionais: Madam Curie, Joana D’arc;

3 – Remarca-se a carência de variáveis, indicadores, que referem à mulher;

4 – Iniciam-se estudos com/sobre mulheres, mas dentro do modelo de investigação dominante;

5 – As reflexões da fase 4 iniciam críticas ao modelo: começa-se a contrapor modelos, teorias;

6 – As críticas fundem-se com outras tendências e transforma-se no paradigma vigente.

Que ocorre quando falamos na fase 2? Quando temos uma história sem mulheres, uma sociologia, uma teoria econômica que não dispõem de indicadores relativos aos traços e fazeres das mulheres? Citarei um exemplo, desenvolvido em outro texto (SANCHEZ, 1996) relativo à importância teórica e metodológica das análises de gênero nas transferências tecnológicas. Estas não devem desprezar o olhar sócio/econômico/antropológico – nutridas com a perspectiva de gênero, dado que as novas tecnologias influem de forma bem distinta na vida cotidiana e trabalhadora de homens e mulheres; diferença que se multiplica em função da situação planetário/econômica: nas economias de subsistência, as mulheres aportam mais ingressos e, também, mais trabalho doméstico. E possuem diferentes ocupações – carregadas de simbologia – relativas ao carregamento de água, ao cultivo da terra, etc. Ocupações bem definidas em função do sexo. Se sabemos que muitas transferências tecnológicas têm fracassado pela cegueira do transferidor às idiossincrasias do transferido, devemos considerar que os fracassos se agravam pelas cegueiras de gênero. Assim, Rocheleau ([19--]) descreveu um fracasso no Quênia: a equipe não levou em conta as mulheres nem no desenho, nem no manuseio das tecnologias. A consequência é que os homens não puderam cultivar as sementes, pois são as mulheres, aquelas que carregavam a água, estavam nos campos muito distantes e isso constituía um trabalho agregado que elas não podiam, nem quiseram assumir.

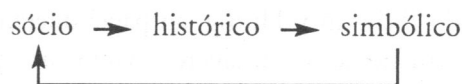
Outro exemplo, a primatologia tem sido uma disciplina que chegou à fase 5. O aparecimento de um grande número de primatólogas nos anos 70 transformou uma disciplina, que ao centrar-se na observação, confere grande impor-

tância heurística ao marco teórico, desde que se defina que dados são importantes. O pressuposto geral que informava estas investigações é que os primatas se organizam em estruturas hierárquicas de dominância masculina. Supõem-se que dependem de uma cadeia de hipóteses: que a agressividade é importante para a organização social, que guarda uma relação causa-efeito com a secreção de testosterona e com o tamanho dos animais... Nesse momento, as fêmeas dos primatas não existiam – pois se acreditava que não eram importantes na organização social. Mantinham-se uma série de tópicos sobre sua conduta, que na realidade nunca haviam sido verificados pela observação: não mantinham relações de domínio; suas condutas de acasalamento não são promíscuas...

Primatólogas como Hirdy (1981), Tanner (1981) e Haraway (1989) mostraram a diversidade de traços sociais das fêmeas: estruturas de competência e domínio entre fêmeas, multiplicidade de relações sexuais. A observação da diferente e promíscua conduta sexual das fêmeas vem falsificar a teoria da seleção sexual, que, por sua vez, tem uma base na fundamentação da sociobiologia. O curioso são os ouvidos surdos: pois a sociobiologia tornou-se imutável e segue predicando a “natural” conduta sexual promíscua dos machos e o caráter “fiel” nas fêmeas, seguindo os velhos ensinamentos de Darwin, como se nada houvesse se transformado (SANCHEZ, 1993).

CONCLUSÕES

O que tenho proposto? Que pensemos nas mulheres e nos homens, e no alcance de suas diferenças, propondo dicotomicamente: ou bem podemos ser diferentes em uma concepção fixa e imponderável do biológico, ou bem sê-lo devido às transformações do destino



que, de outro que aquele e então, nos trouxe a este aqui e agora. Também pretendo mostrar que, ao ter em conta as diferenças, podemos apontar por um mundo de diversidade e, ademais, por um mundo no qual se tenha em conta os valores "femininos".

Assim, ao mesmo tempo em que optei por essa concepção moriniana do biológico esboçada na parte primeira, inclinava-me a trabalhar mais o aspecto sócio-simbólico-cultural: a partir de um olhar histórico e antropológico às definições do que é "biologicamente inescapável" para as mulheres (e para os homens) tem sido muito alterado (lembramos Margaret Mead e Isabel Badinter).

O que ocorre é que, às diferenças biológicas que existem, se acrescentam não obstante os olhares reducionistas de diversas disciplinas e se convertem na base para a legitimação de um status quo social, simbólico, político e econômico. Por isto insisto que as diferenças que mais importam, quer dizer, que as mais significativas no aspecto teórico e no social são as geradas por uma organização sócio-simbólica de nossa sociedade. Esta construção define e estrutura, desde seus incios, a sensibilidade, a capacidade intelectual, habilidades relacionais das pessoas em função de seu sexo biológico. E isso a partir de uma identificação fundadora: foi menina, foi menino...

E, uma última reflexão, que parece muito pessoal, mas é teórica. Nunca pretendi considerar homens e mulheres como grupos: nem culpabilizar ao conjunto dos homens, nem predicar um mundo idílico construído com as mulheres, com o feminino. O que me interessa analisar é a PRE-definição: esse jogo de poder que exclui, e impede... em um horizonte que deixe a cada um em seu desenvolvimento, em sua experiência única de ser, sem ser fixado pela idade, a etnia, o sexo... Na realidade, para sistemas classificatórios quase prefiro o de Borges!

REFERÊNCIAS

- BLEIER, R. *Gender and science*. New York: Pergamon Press, 1984.
- CAPLAN, P. *The Cultural construction of sexuality*. Londres: Tavistock, [19--].
- DEAUX, K. Sex and gender. *Annual Review of Psychology*, v. 36, p. 49-81, 1985.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Myths of gender: biological theories about women and men*. New York: Basic Books, 1985.
- FEDER, H. Hormones and sexual behavior. *Annual Review of Psychology*, v. 35, p. 165-200, 1984.
- FEE, Elizabeth. Critiques of modern science. In: BLIER (Ed.). *Feminist approaches to science*. New York: Pergamon Press, 1986.
- GOODWIM, B. *Las manchas del leopardo*. Barcelona: Tusquets, 1998.
- GOULD, S. J. *Las falsa medida del hombre*. Barcelona. [s.n.], 1984.
- HARAWAY, Donna. *Primate visions*. New York: Routledge, 1989.
- HIRDY, Sara B. *The woman that never evolved*. Cambridge: Massachusetts: Harvard University Press, 1981.
- HUBBARD, Ruth; HENIFIN, M. S.; FRIED, B. *Biological woman: the convenient myth*. Rochester: Schenkman, 1982.
- HURTIG; PICHEVIN. La diferencia psicológica de los sexos: realidad o construcción social? In: *PERSPECTIVAS actuales en la investigación psicológica sobre el sistema de género*. Valencia: Nau Llibres, 1990.
- KELLER, Evelyn F. *Reflexiones sobre género y ciencia*. Valencia: Alfons el Magnanim, 1991.
- LEWONTIN; ROSE; KAMIN. *No esta en los genes*. Barcelona: Critica, 1987.
- MACCOBY; JACKLIN. *The Psychology of sex differences*. San Francisco: Stanford University Press, 1974.
- MORIN, E. *El Método*. Madrid: Cátedra, 1980. 4 v.

Ana Sánchez

36

MORIN, E. *El Método*. Barcelona: Kairos, 1974. 4 v.

ROCHELEAU, Dianne. Género, ecología y ciencia de la supervivencia. *Mientras Tanto*, Barcelona, n. 65, [19--].

SANCHEZ, Ana. El debate sobre la selección sexual: complejidad versus determinismo. *Mujer y Ciencia*, Madrid, v. 144, n. 565, 1993.

_____. Género y desarrollo. In: *LUDUS vitalis*. Mexico: [s.n.], 1996.

_____. Las paradojas del modelo integracionista, en *La enseñanza de las matemáticas y las ciencias experimentales*. In: *JORNADAS INTERNACIONALES DE COEDUCACIÓN*, 3., 1991, Valencia. *Anais... Valencia*: 1991.

TANNER, Nancy. *On Becoming human*. New York: Cambridge University Press, 1981.

ZELLA LURIA. Género y etiquetado: el efecto Pirandello. In: SULLEROT, E. (Ed.). *El hecho femenino*. Barcelona: Argos Vergara, 1979.